

Servidores federais no RN fazem greve histórica



ESPECIAL SOBRE A GREVE DA PÁGINA 2 À PÁGINA 5 DESSE INFORMATIVO
QUADRO ESPECIAL COM TODAS AS TABELAS DE MUDANÇA SALARIAL NA PÁGINA 3



**PLANO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO SÓ
PROTEGE LUCRO DE EMPRESÁRIOS**
PÁGINA 7



**PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA CONSOME
METADE DO ORÇAMENTO FEDERAL**
PÁGINA 6



**PARA COMBATER ÓDIO MOVIMENTOS
POPULARES LANÇAM FRENTE POVO SEM MEDO**
PÁGINA 6



**OUTUBRO ROSA! SINTSEF/RN ENTRA NA
CAMPANHA PELA SAÚDE DAS MULHERES**
PÁGINA 7

ANÁLISE DE CONJUNTURA COM O ACESSOR POLÍTICO VALÉRIO FONSECA NA PÁGINA 8

Crise! Esta é a palavra de ordem no Brasil. Para onde você vai, com quem você fala, o que se ouve nos quatro cantos do país é a palavra crise. Crise política, crise financeira, crise de identidade, crise alérgica (brincadeira), mas é por aí. Já não bastasse os motivos de preocupação que realmente temos que ter, como alta da inflação, ataques aos direitos trabalhistas, terceirização, PPE – Plano de Proteção ao Emprego, melhor dizendo, às Empresas, ainda temos que suportar os ataques diários a nossa inteligência, que tenta fazer a gente procurar chifres em cabeça de cavalos.

Que o país não está indo bem, temos certeza e sentimos isso no nosso dia-a-dia, mas, vamos ter calma! Como dizia o saldoso companheiro Didi (in memoriam): “Nem tudo é tão bom, nem tudo é tão ruim”. Conseguimos dobrar o governo que queria impor um aumento em 4 anos, consegui-

mos a vedete dessa campanha salarial que foi a paridade entre ativ@s e aposentad@s, seja no aumento salarial que foi no vencimento básico, seja na não mais perda até 2019, da metade da Gratificação de Desempenho e da GACEN e no aumento do pacote de benefícios (saúde, alimentação e creche). Estamos detalhando melhor isso ao longo do jornal. Mesmo assim, temos ouvido muitas reclamações: “Só conseguimos isso!?”. Só! E qual foi a nossa contribuição para mudar esse quadro de pequenas grandes conquistas? O questionamento que deve ser feito é como e quanto eu participei dessa campanha salarial, que força eu dei, eu lutei? Ou só esperei que pouc@s companheir@s fizessem isso por mim? A conquista vem na justa medida do tamanho da nossa luta!

Fica a sugestão e o pedido, que antes de criticar, façamos uma reflexão: se nós lutamos foi pouco o que conqui-

tamos, mas, se ficamos de braços cruzados, é mais do que nós merecemos. Uma andorinha só não faz verão, mais a andorinha chamada SINTSEF/RN, tão pequena, mesmo assim, fez as quatro estações acontecerem.

Tod@s @s lutador@s que participaram dessa greve merecem nosso mais veemente OBRIGAD@, sob ameaça de corte de ponto, pressão psicológica, assédio moral, insegurança, medo, seguraram a bandeira até o fim, desbravaram e enfrentaram o Brasil, pularam os obstáculos e foram vitoriosos na sua luta inglória, fizeram pela categoria o que a maioria da categoria não fez por si mesma. Mais, daqui a dois anos temos novas lutas salariais e estaremos esperando cada uma/um para, aí sim, termos maiores conquistas.

Saudações ComLutas, Gigi.

CONFIRA AS MUDANÇAS SALARIAIS QUE OCORREM A PARTIR DE 2016

Na última semana de setembro chegaram ao fim as negociações entre @s servidor@s federais e o Governo. Os acordos assinados através do Ministério do Planejamento e a CONDSEF valem para @s servidor@s da CPST (Carreira da Previdência, Saúde e do Trabalho), PGPE (Plano Geral de Cargos do Poder Executivo), os administrativos da AGU, administrativos fazendários (Pecfaz), HFA, Imprensa Nacional, Embratur, administrativos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Funai, Arquivo Nacional, Agentes de Combate a Endemias, SPU, anistiados, médicos do PGPE, cargos criados pela Lei 12.277/10, Densas e carreiras de leis específicas que podem ser conferidas nos termos de acordo.

Como regra geral, será concedido aumento escalonado de 5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017, no salário-base, o que significa paridade entre ativ@s, aposentad@s e

pensionistas, além do estabelecimento de um piso único de R\$ 321,00 no auxílio pré-escolar a partir de janeiro de 2016.

No mesmo período o auxílio alimentação passará de R\$ 373,00 para R\$ 458,00 e o governo aumentou em 22% a sua contrapartida no auxílio saúde (veja quadro com valores). Segundo o acordo, os valores da Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (GACEN) serão revistos no mesmo período e na mesma proporção do salário-base (5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017).

Um dos principais avanços no acordo foi a incorporação na aposentadoria dos valores que se perdiam no ato da aposentadoria (50 pontos das gratificações de desempenho - GDs e 50% da GACEN), em três etapas (em janeiro de 2017 – um terço, janeiro de 2018 – o segundo terço e em janeiro de 2019 – o terço final). São abrangi-

dos por essa regra tod@s @s que se aposentaram a partir de 2003, pelas ECs 41 e 45 e @s que ainda se aposentarão. Essa mudança de regra vai garantir a média dos últimos 5 anos na incorporação.

Significa que quem se aposentar a partir de 2019 terá quase a integralidade desses valores no seu contracheque. Esses acordos foram fruto de longa negociação e de pressão d@s trabalhador@s, que inclusive deflagraram greve em várias partes do país, como no Rio grande do Norte, onde o SINTSEF/RN mobilizou a categoria durante mais de 50 dias de greve.

O SINTSEF/RN e a base do Rio Grande do Norte votaram contra essa proposta salarial, por julgá-la insuficiente. Todos os termos de acordo e tabelas remuneratórias de cada categoria estão disponíveis no nosso site. SINTSEFRN.COM.BR.

GREVE D@S SERVIDOR@S NO RIO GRANDE DO NORTE DURA MAIS DE 50 DIAS E MOSTRA FORÇA D@S TRABALHADOR@S



Desde a aprovação da greve no dia 22/07, com início em 28/07, até seu término do dia 15/09 se passaram mais de 50 dias de intensa mobilização e organização d@s trabalhador@s do serviço público federal do Rio Grande do Norte. Os servidores do IBAMA, FUNASA, Ministério da Saúde, INCRA, IPHAN, Administrativos da PRF, Fazendários e DNOCS construíram ativamente o movimento grevista. As atividades eram diárias em Natal e no interior.

É preciso lembrar que se algo foi conquistado nessa campanha salarial deve-se aos trabalhadores e trabalhadoras que foram para a luta, fizeram greve mesmo com ameaças de corte de ponto. E fica o pensamento de que se @s demais servidor@s tivessem se juntado ao movimento as conquistas teriam sido bem maiores. Também é necessário ressaltar a fibra e a força de luta dos potiguares, o RN foi um dos poucos estados onde o Sindicato organizou greve geral nas categorias ligadas ao executivo, somando-se aos funcionários das universidades federais e aos funcionários do INSS.

A maneira com que a CONDSEF, Confederação Nacional dos Servidores, conduziu o processo de mobilização para a greve era uma crítica constante nas assembleias realizadas pelo SINTSEF/RN, isso porque havia pouco estímulo ao processo de organização da greve por parte da CONDSEF. Inclusive uma moção de repúdio foi aprovada pel@s servidor@spotiguares criticando a postura da Confederação.

A nota repudia a CONDSEF por “não envidar os esforços necessários na orientação de suas filiadas na construção de uma greve forte, organizada, unificada, se limitando apenas a incentivar movimentos e paralisações, forma encontrada para blindar o governo, que tem demonstrado o seu intento de atacar @s servidor@s federais”. Apesar de uma conjuntura desfavorável, é preciso lembrar que os estados que se colocaram na greve mostraram que só com luta se constrói resultados sólidos, e que as

mobilizações foram fundamentais para as conquistas alcançadas. Já a postura do governo foi de endurecimento e desrespeito com @s servidor@s, pois desde o início o Ministério do Planejamento insistia em oferecer apenas 21,3% de aumento, esse percentual dividido em 4 anos, o que não cobriria a inflação e impediria a organização de greves e paralisações por todo esse período. @s servidor@s se colocaram contra essa proposta e reivindicavam um percentual que não impedisse a organização de uma nova campanha salarial num período tão longo.

Depois de muitas idas e vindas chegou-se a proposta de 10,8% divididos para 2016 e 2017, proposta que foi rejeitada pelos trabalhadores do Rio Grande do Norte, porém, aceita pela grande maioria dos Estados.

Voltando às mobilizações de greve, outro ponto marcante do movimento esse ano foi a realização de atividades conjuntas entre o SINTSEF/RN, SINTEST/RN e SINDPREVS/RN. Em dois atos públicos com um número significativo de servidor@s na rua, as categorias do executivo federal no Rio Grande do Norte demonstraram força e que @ servidor(a) estava na rua contra qualquer retirada de direitos d@s trabalhador@s.

Deve-se dar destaque também as mobilizações de greve que ocorreram em Assú e em Mossoró, com grande participação da base do SINTSEF/RN. Em Natal, chamou atenção a mobilização de nov@s servidor@s, que participam de suas primeiras mobilizações de greve, caso d@s servidor@s do IPHAN que participaram de toda a paralisação de maneira muito firme. É preciso lembrar que o fim da greve foi aprovado, mas o Sindicato e a categoria continuam em estado permanente de mobilização, já visando à organização da categoria contra os novos ataques aos direitos d@s trabalhador@s promovidos pelo Governo Federal.

A GREVE EM IMAGENS!



Primeira atividade de greve na porta do Ministério da Saúde, mesmo debaixo de chuva, servidor@s vão às ruas.



Uma onda vermelha toma conta das ruas de Natal, servidores realizaram ato durante primeira atividade da greve



Momento de descontração. Almoço da greve na sede do SINTSEFRN
Foto: Valério Fonseca



Na sede do tribunal de contas todas as categorias em luta do RN reunidas no 1º ato unificado da greve



Servidores realizam piquete na porta do INCRA, durante a entrada da categoria na greve.



Servidores tomam às ruas durante o 1º ato unificado da greve.
Foto: Valério Fonseca



As bandeiras do SINTSEFRN tremulam nas ruas do centro de Natal durante ato unificado
Foto: Livia Cavalcanti



A porta do DNOCS foi o destino final dos grevistas durante o segundo ato unificado da greve
Foto: Livia Cavalcanti



Momento de descontração dos servidores em greve durante o segundo ato unificado de greve.
Foto: Livia Cavalcanti



Realizamos piquetes e paralisações em diversos locais de trabalho, chamando os servidor@s para a greve. Foto tirada na Receita Federal.



As assembleias lotadas na sede do SINTSEFRN mostraram a força da categoria.



Gizélia Rocha, Coordenadora Geral, e Valério Fonseca, Assessor Político do SINTSEFRN, participaram ativamente de toda greve.

INFORMES:

FESTA DO SERVIDOR 2015

Se prepare porque a festa do servidor 2015 já tem data marcada. Ela acontece no dia 12/12. No próximo informativo traremos todos os detalhes da festa e como os servidores filiados e seus familiares podem participar.

EXPEDIENTE Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Rio Grande do Norte | Sede: Av. Rui Barbosa, 1493, Lagoa Nova - Natal/RN, CEP: 59075-300 | Telefones: (84) 3206-3606 e (84) 9108-0847 | E-mail: sintsef@sintsefrn.com.br
Conselho Editorial: Gizélia Rocha, Valério Fonseca e João Victor Leal **Impressão:** Grafipel **Tiragem:** 4.000 exemplares

CONTRA ÓDIO MOVIMENTOS POPULARES LANÇAM FRENTE



Com a participação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), CUT, CTB, Intersindical-CTB, UNE e UBES, e apoiada por organizações políticas como o PCR, correntes do PSOL, além de outros movimentos foi lançada no último dia 8/10 a Frente “Povo Sem Medo”. A Frente surge como uma resposta à onda conservadora no Congresso e à propagação no país da intolerância e do ódio seletivo nas ruas e nas redes sociais. Mais informações em www.MTST.org Leia abaixo a carta convocatória da Frente

“O mundo vive sob o signo de uma profunda crise do capitalismo, que perdura desde 2008. Medidas de austeridade econômica dominam a agenda política, multiplicando desemprego, miséria e redução dos direitos trabalhistas. Por outro lado, os banqueiros comemoram cada aniversário da crise, aumentando seus já exorbitantes lucros. No Bra-

sil, as medidas econômicas não deveriam seguir o mesmo script. O “ajuste fiscal” do governo federal diminui investimentos sociais e ataca direitos dos trabalhadores. Os cortes na educação pública, o arrocho no salário dos servidores, a suspensão dos concursos são parte dessa política. Ao mesmo tempo, medidas presentes na Agenda Brasil como, aumento da idade de aposentadoria e ataques aos direitos e à regulação ambiental também representam enormes retrocessos. Enquanto isso, o 1% dos ricos não foram chamados à responsabilidade. Suas riquezas e seus patrimônios seguem sem nenhuma taxação progressiva.

O povo está pagando a conta da crise. Ao mesmo tempo, os setores mais conservadores atacam impondo uma pauta antipopular, antidemocrática e intolerante, especialmente no Congresso Nacional. Medidas como a contrarreforma política, redução da maioria penal, a ampliação das terceirizações, as tentativas de privatização da Petrobrás e a lei antiterrorismo expressam este processo.

No momento político e econômico que o país tem vivido se torna urgente a necessidade de o povo intensificar a mobilização nas ruas, avenidas e praças contra esta ofensiva conservadora, o ajuste fiscal antipopular e defendendo uma saída que não onere os

mais pobres. A conjuntura desenha momentos desafiadores para o movimento social brasileiro. Precisamos apostar na unidade nas ruas e nas lutas. Esta é a motivação maior de criar uma frente nacional de mobilização, protagonizada pelos movimentos sociais, a Frente Povo Sem Medo.

Será preciso avançar na agenda que os setores populares imprimiram em várias mobilizações ao longo de 2015, como o 15/4, o 25/6 e o 20/8 e também nas greves e mobilizações de diversas categorias organizadas dos trabalhadores:

- Contra a ofensiva conservadora e as saídas à direita para a crise.
- Contra as políticas de austeridade aplicadas pelo governo, em nome de ajustar as contas públicas. Não aceitamos pagar a conta da crise. Defenderemos que a crise seja combatida com taxação de grandes fortunas, lucros e dividendos, auditoria da dívida e suspensão dos compromissos com os banqueiros.
- A saída será nas ruas, com o povo, por Reformas Populares.

Esta frente nasce em um momento de grandes embates e com a responsabilidade de fazer avançar soluções populares para nossa encruzilhada. Sabemos que para isso será preciso independência política, firmeza de princípios e foco em amplas mobilizações. Aqui está o povo sem medo!

PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA CONSOME METADE DO ORÇAMENTO

O pagamento da dívida tira dos cofres públicos, anualmente, quase metade de seu orçamento. Isso significa menos investimento em educação, saúde e segurança e mais dinheiro para banqueiros e especuladores. A dívida, paga por todos os cidadãos brasileiros já supera o valor de R\$3 trilhões. No último ano, essa dívida já aumentou em mais de

20%, se comparamos o período entre julho de 2014 e julho de 2015. O principal setor que lucra com isso são os bancos. Pois, com o cenário de crise o governo precisa aumentar os juros para atrair rentistas que tenham interesse de comprar títulos da dívida pública brasileira. Uma verdadeira bolsa banqueiro. Só no primeiro semestre desse ano, em

pleno cenário de recessão da economia, os bancos cresceram 40%, muito desse crescimento justificado pelo pagamento de juros da dívida pública. A única saída para a extorsão de dinheiro público promovida pelos bancos é um processo de auditoria das contas públicas para investigar as cobranças indevidas de dívidas pagas a muito tempo.

OUTUBRO É ROSA PELA SAÚDE DAS MULHERES

Todo mês de outubro as luzes cor de rosa tomam conta dos prédios e monumentos públicos nas cidades do mundo todo. É o outubro rosa, um movimento global de conscientização sobre a necessidade de detectar o câncer que é o que um dos que mais mata mulheres no mundo todo.

Para se ter uma idéia da progressão do câncer de mama, o Instituto Nacional de Câncer, o Inca, prevê que surjam 49 mil casos no país a cada ano. Mas nem tudo é má notícia: se descoberta precocemente, a doença tem chances de cura de 95%, diferentemente da década de 50, quando somente 30% das mulheres sobreviviam. O câncer de mama é a segunda principal causa de morte de mulheres no Brasil, só perde para as doenças do coração.

A mamografia é o exame fundamental para o diagnóstico, mas na rede pública brasileira o número de mamógrafos é

de 1.514 mamógrafos para todo o país. O Ministério da Saúde considera que deve haver um mamógrafo a cada 240 mil habitantes. Então o número de aparelhos no país é mais que suficiente para suprir a demanda, contudo isso não acontece.



Ainda é comum mulheres passarem a vida toda sem nunca ter feito uma mamografia. O problema não é a falta de aparelhos, mas a má distribuição e concentração deles em determinadas áreas, principalmente no Sudeste.

Mamografia é a radiografia das mamas, um exame que utiliza radiação para revelar possíveis alterações no órgão e que exige a compressão suportável das mamas para uma melhor detecção de nódulos e possíveis tumores. Esse exame faz parte de um conjunto de ações que auxiliam a detectar precocemente o câncer de mama e a tratá-lo. Segundo os especialistas, o correto é que todas as mulheres por volta de 40 anos façam a mamografia anualmente. O autoexame, muitas vezes, não consegue localizar o câncer se ele estiver em estágios muito iniciais e com nódulos muito pequenos.

O SINTSEF/RN também apoia o Outubro Rosa. Durante todo mês faremos postagens informativas sobre a campanha e mandaremos lembretes às/aos noss@s filiad@s. Na sede do Sindicato um painel nas cores da campanha trará informações sobre prevenção ao câncer de mama.

PLANO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO SÓ PROTEGE EMPRESÁRIOS

*Da Redação CSP/CONLUTAS

O Governo de Dilma-PT, juntamente a CUT, UGT e Força Sindical, anunciaram um plano que, falsamente diz “defender” empregos. Na verdade, o projeto que defendem é o sonho do grande empresariado, trata-se de uma idéia que, baseado em experiências do sindicalismo alemão, vai resultar na redução de salários em até 15%, um absurdo; reduzir salários significa aumentar o lucro dos patrões e piorar a vida de quem trabalha.

O projeto que apresentam, o chamado Programa de Proteção do Emprego (PPE), propõe que em caso de situação “comprovada” de crise de uma determinada empresa, sindicatos e patrões podem, para “evitar” demissões, pactuar condições em que os salários pagos pelos empresários possam ser diretamente diminuídos em até

30% de seu valor mensal. A partir daí, com dinheiro público, entra o governo federal com uma reposição de metade dessa perda, ou seja, o trabalhador ficaria recebendo 15% a menos que seu salário nominal. Vejam que o empregador economizaria 30% de sua folha de pagamento mensal, durante um período de até 12 meses, referente aos trabalhadores incluídos nesse acordo.

Além disso, fica estabelecido que a parte dos tributos e encargos, que resultam em arrecadação para o governo, não seria afetada. Nesse jogo, só quem ganha mesmo é patrão. A tentativa de reduzir direitos e até salários tem sido uma constante por parte das direções sindicais da CUT e outras centrais. Há pouco tempo, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, apresentou uma versão ampla de sua intenção em aprofundar gestos de colaboração

com empresários, com chamado ACE (Acordo Coletivo Especial) que, na prática, possibilitaria efetivar um sonho plantado por Fernando Henrique Cardoso, pois, se aprovada essa idéia, todos os direitos previstos em lei poderiam ser negociados pelos sindicatos e patrões e valeria sobre a legislação.

A CSP-Conlutas, juntamente a centenas de entidades (algumas inclusive filiadas a CUT) desencadeou uma forte campanha nacional contra esse ataque e assim derrotamos a traição pretendida. O arrocho salarial e a retirada de direitos é uma tendência histórica dos empresários e na atualidade, frente à crise econômica, eles, com apoio dos governos de plantão, intensificam sua ofensiva e, se conseguem concretizar o ataque, não escondem sua satisfação.

UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

Por Valério Fonseca- assessor político do SINTSEF/RN

Situação internacional

Após sete anos, a crise econômica mundial continua longe de ser superada. O fundamentalismo neoliberal tornou o sistema incapaz de abrir um novo ciclo de crescimento. Políticas econômicas garantiram lucro aos rentistas do capital financeiro a partir de ajustes fiscais brutais ou, simplesmente, pela encampação dos riscos financeiros desses capitais por instituições públicas.

A China desacelera e muda o perfil do seu crescimento, agora menos intensivo em consumo de energias e materiais. Isso impacta o planeta, fazendo desabar os preços das commodities e reduzindo as receitas dos países dependentes de exportações de matérias-primas ou semi-industrializados. Se a partir de 2008 esse efeito atingiu mais fortemente os países da África do Norte, sendo a principal razão da primavera árabe.

Ele agora chega com mais força à América Latina e aos países africanos exportadores de petróleo. Os movimentos que começaram na Europa como a ocupação de praças pelos “indignados” levantaram justificadas esperanças que a velha ordem política europeia estivesse a ponto de ser derrotada. Atingiu em cheio os países da Europa tais como: Portugal, França, Espanha e outros, ameaçando a existência do Euro. Índices de desemprego superiores a 25%, crise no pagamento de imóveis, despejo de moradores e redução de pensões, fizeram parte da maior crise das últimas décadas nestes países. No Egito, o desfecho acabou sendo o golpe militar contra os islâmicos, deferido pelo exército com apoio da elite secular. Na Síria, a guerra civil insuflada pelo ocidente desde 2011 está num impasse.

Na América Latina os efeitos da crise se fazem sentir principalmente pela queda dos preços das commodities. Na Venezuela, 15 anos depois da morte de Hugo Chavez, o país conseguiu democratizar os rendimentos do petróleo, antes destinados a elite e hoje meio para sustentar inúmeros programas sociais. Ainda na América Latina, Cuba inicia um processo de reforma e mudança do seu modelo econômico: no mesmo momento que reata as relações com EUA. Vivemos a era das incertezas, mudanças virão inevitavelmente, amadurecendo o sistema político, econômico e a relação entre as pessoas.

Situação Nacional

O agravamento da crise e a deriva do governo Dilma para aplicação de um ajuste fiscal conservador apontam o fim do ciclo petista. Em 12 anos, milhões de brasileiros

ascenderam entre a pobreza extrema, a pobreza e classe média. A massificação dos programas sociais. O aumento do salário mínimo e as aposentadorias, a expansão do crédito incorporou milhões ao mercado de consumo. Essa inserção aconteceu, no entanto, pela ampliação do consumo e não pela extensão dos direitos sociais. Hoje, 54 milhões de brasileiros possuem plano de saúde particular num quadro de baixo investimento na saúde pública. A expansão da frota automobilística turbinada por incentivos fiscais, agrava o problema de mobilidade urbana e o ruim transporte público. O aumento das matrículas nas redes privadas de ensino completam o quadro de busca de soluções individuais para problemas coletivos. O fracasso dos governos Lula e Dilma em garantir estes direitos foi a senha para o “salve-se quem puder”.

A ascensão pelo consumo, e não pela ampliação de direitos, formou consumidores e não cidadãos, fazendo com que os que ascenderam reproduzissem os padrões de consumo, valores, comportamento e opções eleitorais das camadas sociais acima de si mesmas.

Esse fenômeno explica a crescente retomada da influência eleitoral da direita tradicional e o significativo aumento de sua capacidade de mobilização. Já nas jornadas de junho de 2013, em que pese o seu caráter geral progressista, a direita começava a disputar a agenda política das ruas.

A vitória eleitoral de Dilma por pequena margem, seguida da guinada conservadora representada pela política econômica, retiraram do PT o que lhe restava de base social mobilizável em sua defesa. A ofensiva conservadora no Congresso, com Eduardo Cunha na presidência da Câmara, recolocou em debate garantias e direitos já consagrados.

A pauta conservadora se expressa também na agenda de direitos individuais, como na tentativa de aprovar o estatuto da família descaracterizando como tal as famílias homoafetivas e retroagindo em questões já garantidas pelo STF, como o casamento civil igualitário. A redução da maioria penal, bem como o recrudescimento do populismo penal, deve ser respondida com uma campanha de massas.

As classes trabalhadoras têm reagido a crise. Em 2014 mais de 1800 greves ocorreram no país. A luta contra o aprofundamento da terceirização unifica quase todo o movimento

sindical e movimentos de luta urbana, como o MTST, e por transportes, como o MPL. O ajuste promovido pelo governo Dilma tem como objetivo acalmar os mercados quanto à solvência da dívida. Estimada em R\$ 2,5 trilhões, a dívida pública bruta correspondia em dezembro de 2014 a 59% do PIB, enquanto a líquida corresponde a 35% do PIB.

Se considerarmos que a dívida pública do Japão corresponde a 230% do PIB, a da Itália a 132% e a dos EUA a 101%, concluímos que o problema da dívida pública brasileira é menos os seu tamanho, relativamente baixo, e mais seu custo, o maior do mundo. Ao contrário do que dizem a mídia e o discurso conservador, esta dívida não resulta de gastos excessivos do Estado em atividades fins ou de custeio, mas nas taxas de juros absurdas que a remuneram, criando o maior mecanismo de transferência regressiva de renda do planeta. Enquanto as dívidas de Japão e EUA são remuneradas com taxas negativas, abaixo da inflação, a dívida brasileira é remunerada a 13,75% ao ano, para uma inflação de 8,5%.

Estes valores representam mais de seis vezes o custo anual do programa Bolsa Família, desde a implantação do Plano Real, a dívida pública brasileira cresceu de pouco mais de R\$ 30 bilhões para 2,5 trilhões, sem que isso fosse, salvo exceção de alguns anos da década de 90 e de 2014, resultado de gastos públicos superiores à arrecadação tributária; Esta é uma política deliberada dos setores rentistas da sociedade brasileira, que buscam compensar a perda dos seus ganhos, fruto do controle do processo inflacionário, com este mecanismo de obtenção de renda via dívida pública. Bancos, grandes empresas, grandes investidores estrangeiros se alimentam desse esquema perverso.

Em 12 anos de governos do PT, foi gerado mais de 1 trilhão de reais em superávit para alimentar esse modelo. E mesmo assim, a dívida bruta aumentou significativamente. A urgência de uma auditoria que desnude este processo e condição para se formar uma base política capaz de derrotar os rentistas e possibilitar que o Brasil retome o controle público total sobre os recursos arrecadados.

Avançar na regulamentação do imposto sobre grandes fortunas e heranças, bem como promover uma revisão na tabela do imposto de renda e reajustar a Contribuição Social sobre Lucro Líquido dos Bancos, abriria espaço para a redução de impostos que oneram produção e consumo.